



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Trabalho e Políticas Sociais no Tempo Infante-Juvenil: Concepções e Práticas no Brasil [e no México] - O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) visto por gestores que compõe a Rede de Proteção da Microrregião 5 do Conselho Tutelar.
<b>Autor</b>	MARINA EL HAJJAR MENEGHEL
<b>Orientador</b>	LAURA SOUZA FONSECA

Situamos nossos estudos em uma comunidade de periferia urbana em Porto Alegre, RS – a Grande Cruzeiro – que compreende os bairros Glória, Cruzeiro, Cristal, Medianeira e Santa Tereza, a partir da microrregião 5 do Conselho Tutelar. Trabalhamos nessa comunidade desde 1998 e a presente pesquisa integra os estudos de Pós-Doutoramento (PDJ/CNPq, PPFH/UERJ e EPD/CAPES, Posgrado em Estudos Latino Americanos, UNAM). Temos por objetivo identificar e analisar concepções e práticas referentes à exploração do trabalho infanto-juvenil, tendo como uma particularidade, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Procuramos compreender como se insere a política do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nesse contexto e como esses elementos são compreendidos na Rede de Proteção da região. Buscamos identificar, a partir da visão dos gestores, se há conhecimento sobre a realidade enfrentada por essa comunidade, como lidam com as políticas de governo e de Estado para sanar esses problemas, como são encaminhadas as situações de trabalho explorado infanto-juvenil. Realizamos a revisão da produção do grupo, mapeamos a produção discente sobre a temática nas IFES do RS e faremos a revisão desta. As estratégias de construção da empiria constituem-se de (1) observação participante nas reuniões: (a) da Redinha da Cruzeiro – pequenas reuniões somente das instituições que compõe a Cruzeiro, para tratar de casos específicos de violação de direitos do infanto-juvenil e (b) da Rede de Proteção – reuniões maiores com toda a Microrregião 5; (2) análise de conteúdo do Diário de Campo feito pela IC e pela extensão, com trabalhos em duas escolas e um socioeducativo da região; (3) questionário estruturado com os gestores das duas escolas e do SASE em que temos trabalho de extensão, com o Conselho Tutelar e coordenação da Rede de Proteção, e (4) observação das oficinas extensionistas, para uma identificação mais próxima dessas violações. Como conclusões parciais, identificamos que é necessária uma discussão sobre a dupla face do trabalho (FRIGOTTO, 2002), enquanto ontologia do ser social e seu caráter histórico alienante – no sistema capitalista –, para assim fazermos o debate quando o trabalho é educativo e quando ele torna-se explorador, alienante. Verificamos que está presente uma dupla violação de direitos (TRINDADE, 2010), o infanto-juvenil passa por alguma violação de direitos (abuso, maus tratos, exploração do trabalho), ao ser atendido em uma política protetiva (escola, apoio socioeducativo ou trabalho educativo), não raro, sofre mais uma violação, ao encontrar o serviço precarizado, estruturalmente, por falta de trabalhadores com formação continuada e com condições digna de trabalho, para dar um bom encaminhamento para esse caso. Identificamos que há uma gama de políticas de Governo e não de Estado (FONSECA, 2006), o que enfraquece os projetos que mudam de gestão para gestão, permitindo que haja um atravessamento de organizações não governamentais, iniciativa privada, associação de moradores, que contratam trabalhadores, na maioria das vezes, sem formação, sem direitos trabalhistas. (Re)encontramos a Rede Invisível (GUTERRES, 2010) – identificamos que a rede de proteção é composta por diversos serviços protetivos que não se articulam, que não se interrelacionam, comprometendo o fluxo de encaminhamentos. É composta por trabalhadores que não compreendem todo o processo de trabalho, tornando-se um local onde os serviços se encontram para realizar algumas capacitações, bem como para colocar as suas angústias dos problemas no trabalho, mas não tem sido um espaço de fôlego coletivo para buscar melhoras nos encaminhamentos para o infanto-juvenil. Compreendemos que é necessário darmos continuidade a essa pesquisa, pelo seu cunho social e sua articulação entre pesquisa e extensão, compreendendo a função social da Universidade de articular as necessidades da classe trabalhadora a produção científica.